

DADOS DA CONJUNTURA

Elaboração - GT Conjuntura



APRESENTAÇÃO

O Sindicato dos Bancários de Brasília e a Federação dos Trabalhadores em Empresas de Crédito do Centro Norte (Fetec-CUT/CN) apresentam nesta cartilha dados da conjuntura política e econômica para subsidiar a formação política dos dirigentes sindicais e das bancárias e bancários.

Elaborado pela Subseção do Dieese da CUT nacional, o material aborda a conjuntura econômica, complementada com a análise da agenda política e econômica das forças que preparam o golpe. Os textos destacam ainda os projetos de lei em curso no Congresso nacional que ameaçam direitos dos trabalhadores.

Estamos aqui para defender os direitos das trabalhadoras e trabalhadores.

Boa leitura!

Eduardo Araújo de Souza

Presidente do Sindicato dos Bancários de Brasília

José Avelino Barreto

Presidente da Fetec-CUT/CN

ÍNDICE

4

A PONTE PARA O FUTURO E A AGENDA BRASIL

6

IMPACTO SOBRE OS DIREITOS DOS TRABALHADORES

8

IMPACTO SOBRE OS PROGRAMAS SOCIAIS

11

IMPACTO SOBRE ESTADO

14

IMPACTO SOBRE A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

16

IMPACTO SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR E INSERÇÃO ATIVA NO CENÁRIO INTERNACIONAL



A PONTE PARA O FUTURO E A AGENDA BRASIL

Com o objetivo de intervir no cenário político, o presidente do Senado Renan Calheiros apresentou no dia 10/08/2015 a chamada "Agenda Brasil". No dia 12 de agosto, após reunião com ministro da fazenda, a lista ganhou novos itens e teve a proposta sobre cobrança no SUS substituída por outra, que prevê o ressarcimento dos usuários de planos de saúde dos procedimentos realizados no SUS.

A Agenda é composta por 43 itens, sendo que parcela significativa tramita no Congresso, distribuídos em 4 temas (Melhoria do ambiente de negócios e infraestrutura, equilíbrio fiscal, proteção social e reforma administrativa do Estado).

A "Ponte para o Futuro" foi apresentada pelo vice-presidente Michel Temer em 29/10/2015, com o objetivo de divulgar um programa para setores conservadores da sociedade, buscando apoio para um possível governo em que ele se tornaria presidente. Em 27/03/2016 foram incluídas novas medidas, ampliando os ataques ao Estado e aos direitos. No que diz respeito aos programas sociais como Bolsa Família, Temer recuou, porém, ainda manteve o discurso de que o programa precisa de alterações.



Parte das propostas nos dois documentos estão incompletas e vagas, mas mesmo assim, é possível entender qual o objetivo final. A segunda proposta "Ponte para o Futuro" está sob os holofotes no momento, devido os desdobramentos do impeachment, mas a "Agenda Brasil" traz dicas que complementam os reais objetivos do golpe, e por isso, também apresentamos alguns dos pontos desse documento.

As propostas representam um programa distinto daquele aprovado pelas eleições presidenciais em 2014, e propõem uma estratégia de desenvolvimento nacional e internacional subordinada, um Estado mínimo e a restrição aos direitos sociais e trabalhistas.

IMPACTO SOBRE OS DIREITOS DOS TRABALHADORES

PROPOSTA

Ampliar a idade mínima para a aposentadoria: 65 anos para os homens e 60 para as mulheres, com previsão de aumentar a idade mínima de acordo com o aumento da expectativa de vida.

O QUE ACONTECE COM O TRABALHADOR?

As pessoas passariam mais tempo de suas vidas trabalhando e contribuindo, e menos tempo aposentados. Desconsidera que o mercado de trabalho brasileiro é marcado pelo ingresso precoce, ainda na juventude. Essa proposta desconsidera também que o Brasil tem características bastante heterogêneas no que diz respeito à expectativa de vida em suas diferentes regiões.

IMPACTO SOBRE OS DIREITOS DOS TRABALHADORES

PROPOSTA

O QUE ACONTECE COM O TRABALHADOR?

Desvincular o piso da aposentadoria do salário mínimo.

Um trabalhador aposentado poderá receber menos do que o salário mínimo vigente.

Permitir que as convenções coletivas prevaleçam sobre as normas legais.

Cada sindicato poderá ser forçado a negociar com a empresa ou com o sindicato patronal propostas que desrespeitam o que está presente na CLT, reduzindo os direitos dos trabalhadores.

Em momentos de crise, em que a ação sindical fica mais fragilizada, isso poderia levar a aprovação (por exemplo, em assembleias) de medidas que reduzem os direitos previstos na CLT.

Essa medida seria razoável se a legislação brasileira sobre negociação coletiva e estrutura sindical não fosse tão limitada, engessando a ação dos sindicatos e a organização dos trabalhadores.

Regulamentar a terceirização para garantir um "ambiente seguro" para empresas e evitar possíveis passivos trabalhistas.

A regulamentação da terceirização significa reduzir direitos dos trabalhadores.

Servidores públicos

O documento não tem uma medida que trate diretamente dos servidores. Ao longo do documento a única citação é que o governo cometeu excessos nos gastos, dentre esses cita a contratação de novos servidores.

A principal questão é o forte ajuste fiscal proposto, a redução do papel do Estado, o fim das indexações de salários e os limites para definição de novos gastos.

IMPACTO SOBRE OS DIREITOS DOS TRABALHADORES

PROPOSTA

O QUE ACONTECE COM O TRABALHADOR?

Nesse cenário, o impacto sobre os servidores públicos será grande, seja com a redução das contratações (e aumento da carga de trabalho para os que ficarem na ativa) ou com a restrição de reajustes salariais.

Segundo o texto, todos os brasileiros merecem a preservação do seu poder aquisitivo, não apenas os servidores, e políticas que garantam o reajuste dos servidores, penalizariam a maior parte da população em determinados cenários.

IMPACTO SOBRE OS PROGRAMAS SOCIAIS

PROPOSTA

O QUE ACONTECE COM OS BENEFICIÁRIOS?

Não usar mais recursos do FGTS para subsidiar e financiar o programa 'Minha Casa, Minha Vida'.

A aquisição dos imóveis ficaria mais cara com o fim dos subsídios e aumento dos juros de financiamento, inviabilizando que a população de baixa renda compre uma casa. Com a redução do programa, haveria também aumento do desemprego na indústria da construção civil.

IMPACTO SOBRE OS PROGRAMAS SOCIAIS

PROPOSTA

O QUE ACONTECE COM O TRABALHADOR?

Limitar as concessões de empréstimo estudantil pelo Fies e criar o Prouni para o ensino médio.

O Brasil tem falta de vagas no ensino universitário, e uma boa cobertura no acesso ao ensino médio. Portanto, programas como esses fazem sentido para garantir o acesso ao ensino que ainda se encontra restrito no país (o ensino universitário).

Anunciar o Prouni para o ensino médio tem como objetivo privatizar de forma mais generalizada o ensino médio e transferir recursos públicos para esse setor (que aliás, teve forte presença no governo FHC e influência no MEC durante seu governo).

No caso da redução do Fies, o objetivo declarado é gerar mais "meritocracia", ou seja, a educação não é direito, é "mérito individual". Isso significa que milhões de jovens deixarão de ter acesso à universidade.

Limitar o Pronatec (Programa Nacional de Acesso ao ensino Técnico e Emprego)

Reduzir o acesso a realização de cursos profissionalizantes que beneficiam, especialmente, jovens mais pobres. Reduz o acesso em um momento de grave crise econômica, em que a mudança de profissão pode ser a saída para um novo emprego, e a formação profissional um instrumento importante para viabilizar essa mudança.

Concentrar os programas sociais apenas aos mais miseráveis, os 10% mais pobres

Apesar de Temer ter dito que vai manter os programas, que vai reajustar o bolsa família, eles continuam dizendo que os programas precisam ser "redesenhados" para atender melhor os objetivos. "Redesenhar" é a senha para restringir os programas, em uma perspectiva de focalização das políticas públicas sociais.

IMPACTO SOBRE OS PROGRAMAS SOCIAIS

PROPOSTA

Intervenção no SUS

O QUE ACONTECE COM OS BENEFICIÁRIOS?

Esse item aparece nas novas medidas incluídas recentemente no documento Ponte para o Futuro. Não está especificado quais medidas comporiam essa intervenção, mas não está escrito “melhorar” ou “ampliar cobertura”, por exemplo. O que nos dá pistas sobre os objetivos dessa proposta está na primeira versão do documento “Agenda Brasil” onde foi proposto (e depois voltaram atrás) aperfeiçoar o marco jurídico e o modelo de financiamento da saúde, através do pagamento da utilização do SUS em algumas situações, também em uma perspectiva de focalização dos serviços públicos. Quanto ao financiamento, eles não endossam o que os movimentos reivindicam (10% do orçamento bruto para a saúde).

Estabelecer uma agenda de transparência e de avaliação de políticas públicas, que permita a identificação dos beneficiários, e a análise dos impactos dos programas. O Brasil gasta muito com políticas públicas com resultados piores do que a maioria dos países relevantes. (Na proposta de reforma do orçamento)

Em outras palavras “Reduzir os gastos sociais em assistência, saúde e educação”. Não é verdade que o Brasil gasta muito (gasta menos do que os parâmetros internacionais) e muito menos temos uma das piores avaliações do mundo. Esse discurso converge com a proposta de desqualificar o público para entregá-lo a iniciativa privada. É claro que esses serviços precisam melhorar, garantir atendimento de qualidade para toda a população e melhorar a utilização dos recursos, mas o que está sendo proposto é reduzir o atendimento (focalizar) e reduzir os gastos. Por isso, propõe estabelecer uma agenda de “transparência” e de “avaliação de políticas públicas”, que permita a identificação dos beneficiários e a análise dos impactos dos programas, para na sequência, restringir o acesso.

IMPACTO SOBRE OS PROGRAMAS SOCIAIS

PROPOSTA

Fim de todas as indexações, seja para salários, benefícios previdenciários e tudo o mais. (Na proposta de reforma do orçamento)

O QUE ACONTECE COM OS BENEFICIÁRIOS?

É importante realizar o debate do fim das indexações. No entanto, quando esse debate é apresentado, em geral, diz respeito apenas a salários e benefícios, e não ao que realmente tem impactos bastante negativos sobre a economia – os serviços públicos privatizados. Garantir que os benefícios sejam indexados ao salário mínimo é fundamental, afinal, é o parâmetro mínimo, segundo a constituição, com o qual uma família pode sobreviver e está em linha com uma perspectiva de redistribuição de renda.

IMPACTO SOBRE ESTADO

PROPOSTA

Reforma sistemática do orçamento: Acabar com vinculações constitucionais (saúde e educação); orçamento impositivo; orçamento base zero; criação da autoridade orçamentária.

O QUE ACONTECE COM O ESTADO?

Fim das vinculações constitucionais: não haverá mais o gasto mínimo para saúde e educação. O valor ficará ao sabor da necessidade de superávit primário (ou seja, depois de pagar os rentistas, o que sobrar poderá ser aplicado na saúde e educação. O orçamento impositivo ficaria menos sob o comando da presidência, e mais sobre o comando do parlamento (o que for aprovado no Congresso, o Executivo não pode mexer). É

IMPACTO SOBRE ESTADO

PROPOSTA

O QUE ACONTECE COM O ESTADO?

um instrumento para garantir a concretização das metas de superávit, mas também para que o parlamento execute suas emendas, como propõe o PL que está em andamento no congresso, sem as prerrogativas do poder executivo para contingenciamentos.

O orçamento base zero: Todos os programas estatais serão avaliados por um comitê independente, que poderá sugerir a continuação ou o fim do programa. O Congresso será sempre soberano e dará a palavra final sobre a continuação ou fim de cada programa ou projeto. Prejudica a gestão pública e entrega os programas a permanente negociação fisiológica. Autoridade orçamentária: Autoridade Orçamentária, com competência para avaliar os programas públicos, acompanhar e analisar as variáveis que afetam as receitas e despesas, bem como acompanhar a ordem constitucional que determina o equilíbrio fiscal como princípio da administração pública. Recentemente aprovado no senado, é mais uma medida para limitar o poder do executivo.

Essas medidas, na sua essência, acabam com as garantias mínimas previstas na Constituição de 88 para a efetivação dos serviços públicos.

Construir uma trajetória de equilíbrio fiscal duradouro, com superávit operacional e a redução progressiva do endividamento público.

Garantia do superávit primário, em detrimento a qualquer outra política. É a recessão e o desemprego permanente e o fim das políticas sociais.

IMPACTO SOBRE ESTADO

PROPOSTA

O QUE ACONTECE COM O ESTADO?

Estabelecer um limite para as despesas de custeio inferior ao crescimento do PIB, através de lei, após serem eliminadas as vinculações e as indexações que engessam o orçamento.

Promover a racionalização dos procedimentos burocráticos e assegurar ampla segurança jurídica para a criação de empresas e para a realização de investimentos, com ênfase nos licenciamentos ambientais que podem ser efetivos sem ser necessariamente complexos e demorados.

Na área tributária, realizar um vasto esforço de simplificação, reduzindo o número de impostos e unificando a legislação do ICMS, com a transferência da cobrança para o Estado de destino.

Busca garantir o superávit primário, mesmo que seja à custa da estagnação econômica e do desmonte de boa parte dos programas sociais. O fim das vinculações é a revisão do modelo de financiamento da Educação e da Saúde Pública brasileira. Com essa medida, não haverá garantia de verbas mínimas para essas áreas. Em período de crise, o corte será ainda mais contundente nessas áreas.

Está ancorada em uma concepção que desregulamenta o licenciamento e permite projetos que desconsideram os riscos ao meio ambiente. O Novo Código Florestal Brasileiro sofreu uma série de alterações que atendeu grande parte das reivindicações do setor privado, que foram desde a redução de penalidades à flexibilização da legislação ambiental. O objetivo é aprofundar essa desregulamentação ambiental retrocedendo os procedimentos de licenciamento ambiental no Brasil que são bastante avançados e visam proteger os interesses comuns, por meio de Avaliações de Impactos Ambientais.

A transferência da cobrança para o local de consumo e não para o local em que é produzido, enfraquece a indústria. Redução e simplificação de impostos pode levar a manutenção ou aprofundamento das desigualdades tributárias atualmente existentes. Em nenhum momento se fala em justiça tributária e progressividade. A preocupação,

IMPACTO SOBRE ESTADO

PROPOSTA

O QUE ACONTECE COM O ESTADO?

nesse caso, é com o “ambiente de negócios”, logo, dialoga com a reivindicação do empresariado, de redução de impostos para esse segmento, já tão privilegiado na estrutura tributária nacional.

IMPACTO SOBRE A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

PROPOSTA

O QUE ACONTECE COM O PAÍS?

Fim ou severa restrição aos subsídios da política industrial e de comércio exterior brasileira.

Os subsídios à indústria devem estar ligados a um projeto de desenvolvimento nacional e com o estabelecimento de contrapartidas, mas o objetivo aqui é acabar com as políticas que visam desenvolver e impedir maior desindustrialização do Brasil, somado a outras medidas proposta, impõe para o país uma política baseada na importação de produtos manufaturados ou com um desenvolvimento industrial subordinado às multinacionais.

IMPACTO SOBRE A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

PROPOSTA

O QUE ACONTECE COM O PAÍS?

Executar uma política de desenvolvimento centrada na iniciativa privada, por meio de transferências de ativos que se fizerem necessárias, concessões amplas em todas as áreas de logística e infraestrutura, parcerias para complementar a oferta de serviços públicos e retorno a regime anterior de concessões na área de petróleo, dando-se a Petrobras o direito de preferência.

Redução da capacidade do Estado em realizar políticas de desenvolvimento. Entregar para a iniciativa privada a exploração de setores que poderiam gerar riquezas para todos os brasileiros. Para os cidadãos, piora dos serviços e aumento do custo para acessar esses serviços. Para os trabalhadores desses setores, piora nas condições de trabalho.

Fim do Regime de Partilha para o Pré-Sal.

Representaria perdas de receita para saúde e educação estimadas em R\$ 480 bilhões em 15 anos, segundo estudo da assessoria parlamentar do PT. A lei atual assinada pelo presidente Lula estabelece a destinação de 75% para a educação e de 25% para a saúde dos royalties do pré-sal, além de 50% do Fundo Social do Pré-Sal para educação e da saúde. O fim da partilha pretende dar outro destino para esses recursos.

Fim do controle da Petrobras sobre o Pré-Sal.

Isso foi recentemente aprovado no Senado, através do PLS 131 e busca entregar a exploração desses recursos à iniciativa privada. Pela regra atual, a Petrobras participa com ao menos 30% dos investimentos na perfuração dos blocos e é operadora única da camada pré-sal. Esses pontos são considerados fundamentais para um mínimo controle sobre o volume de petróleo extraído e para que o país

IMPACTO SOBRE A ESTRATÉGIA DE DESENVOLVIMENTO

PROPOSTA

O QUE ACONTECE COM O PAÍS?

seja soberano na exploração dessa riqueza. Há uma tentativa de criar uma proposta alternativa em que seria optativo a participação da Petrobras. Nesse caso, ficaria ao sabor de quem estivesse no governo, nas agências reguladoras e na direção da Petrobras e, portanto, alheio os objetivos maior de desenvolvimento do país.

Promover legislação para garantir o melhor nível possível de governança corporativa às empresas estatais e às agências reguladoras, com regras estritas para o recrutamento de seus dirigentes e para a sua responsabilização perante a sociedade e as instituições.

Busca limitar a capacidade de utilizar as estatais para fazer políticas de interesse público, de desenvolvimento e abrir caminho para a privatização.

IMPACTO SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR E INSERÇÃO ATIVA NO CENÁRIO INTERNACIONAL

PROPOSTA

O QUE ACONTECE COM O PAÍS?

Realizar a inserção plena da economia brasileira no comércio

A inserção plena do Brasil na economia mundial é um objetivo antigo. No entanto, para que

IMPACTO SOBRE O COMÉRCIO EXTERIOR

PROPOSTA

O QUE ACONTECE COM O PAÍS?

internacional, com maior abertura comercial e busca de acordos regionais de comércio em todas as áreas econômicas relevantes – Estados Unidos, União Europeia e Ásia – com ou sem a companhia do Mercosul, embora preferencialmente com eles.

a proposta tenha fundamento é necessário discutir como o país pode ter um papel diferente na divisão internacional do trabalho. Isto representa mais industrialização e revisão do padrão das exportações e das relações com principais parceiros internacionais – não é o que o documento propõe. As propostas apresentadas aqui, sugerem o retorno ao que vimos durante a década de 90 (abertura econômica quebrando a indústria nacional), inserção subordinada que atendia mais os interesses dos países centrais do que aos interesses do Brasil, esvaziamento do Mercosul e relação prioritária com os Estados Unidos.

Incluir o Brasil nos novos acordos de investimentos que os EUA estão propondo na Ásia e no Atlântico Norte.

A Aliança do Pacífico visa consolidar acordos comerciais firmados bilateralmente com os EUA e também formar uma área de comércio no Oceano Pacífico que isole a China. No Brasil, a participação nesse acordo fortalece os setores transnacionais aqui instalados, que tem interesse em orientar o comércio internacional para os EUA, sendo contrários à política Sul Sul criada nos governos Lula. Por traz desta proposta está o esvaziamento do Mercosul e de quaisquer propostas de integração regional que fortaleça o mercado interno da região. Além disso, o acordo possibilita que as empresas transnacionais tenham seus interesses reconhecidos acima das legislações nacionais.

Sindicato fortalecendo a interação com a categoria



Portal

bancariosdf.com.br

 /bancariosdf  @dfbancarios  /bancariosbsb



Baixe o aplicativo para smartphone do Bancários DF e tenha acesso a diversos recursos de interação como seu sindicato.



Para baixar o aplicativo, fotografe do seu smartphone o QR code abaixo ou entre na Play Store (Android) ou Apple Store (IOS) e na guia Busca digite Bancários Df e clique em download para instalar.



ANDROID



IOS



Sindicato conta com dois programas de TVs: um transmitido às quartas, ao vivo, via web tv (pelo site bancariosdf.com.br), às 19h30, e o outro exibido pela TV Comunitária (canal 12 da Net), todas as sextas, ao vivo, a partir das 14h30.

Programação musical variada, a Rádio Web conta com spots, entrevistas gravadas e ao vivo, comentários e flash de notícias. Basta clicar no ícone ao lado na parte superior direita do nosso site.





BANCÁRIOS 
SINDICATO DOS BANCÁRIOS DE BRASÍLIA

 **FETEC CUT**
Centro Norte

DI-ESE

CUT  **BRÁSILIA**
CENTRAL ÚNICA DOS TRABALHADORES